SINTET-UFU FASUBRA

LIGEIRINHO

Edição 514 *Ago de 2022* IMPRESSO

Informativo Especial do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia (SINTET-UFU)

UMA DÉCADA

DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

Prof. Me. Régis Rodrigues Elisio



Em 2012, o Brasil aprovou a principal medida para democratização do acesso ao ensino superior. Resultado de décadas de luta social protagonizada pelo Movimento Negro, o Programa Nacional de Ações Afirmativas, instituído pela Lei 12.711/12, garante que 50% das vagas das instituições federais de ensino sejam preenchidas por estudantes egressos da rede pública. Além disso, a lei prevê que o total das vagas reservadas sejam fracionadas para beneficiar pretos, pardos e indígenas; pessoas com deficiência e integrantes de família com renda de até 1,5 salário por pessoa.

Popularmente conhecida como cotas, as ações afirmativas foram motivo de muitas discussões. A princípio, por se tratar de uma reivindicação dos coletivos negros, buscava-se aprovar cotas raciais. Entretanto, o amadurecimento do projeto levou à inclusão de outros grupos sociais, fato que aglutinou força política e avançou no debate público.

É importante lembrar que antes da aprovação da legislação algumas universidades já haviam instituído reserva de vagas nas seleções de ingresso acadêmico. Outras, a exemplo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), chegaram a discutir o tema nos conselhos superiores, mas por conta das tensões envolvidas no aspecto racial da proposta, recusaram a medida.

Ao contrário das previsões de alguns intelectuais que se opunham à política de ações afirmativas, o programa de cotas tem sido um sucesso. Nos últimos anos, as universidades foram tomadas por pessoas que historicamente estiveram excluídas dos espaços acadêmicos. Esse movimento tem modificado as produções acadêmicas, o mercado de trabalho, a estrutura social e o próprio ambiente universitário. É certo que a política carece de medidas de aprimoramento, como a questão da fiscalização e a permanência dos estudantes cotistas, por exemplo. Mas não restam dúvidas a respeito dos avanços que as cotas têm trazido para o país.

Todavia, as cotas estão em risco. Representantes de grupos contrários ao programa têm se levantado no cenário nacional. Recentemente, parlamentares de diferentes regiões do país protocolaram projetos de lei para pôr fim às ações afirmativas. Além disso, o fato da legislação prever uma revisão do programa no prazo de dez anos, ainda que implícito, abre precedentes para revogação da política.

Por essa razão, nesse período em que completamos uma década de ações afirmativas, representantes de diversas organizações têm se posicionado em defesa do programa. Sabemos que o alicerce democrático, plural e socialmente referenciado das universidades, requer a manutenção do ingresso de grupos vulneráveis nas instituições. Acabar com o programa de cotas é nos transportar para uma universidade descompromissada com as mazelas da sociedade em que está inserida. Defender a continuidade das cotas significa se opor à falácia da meritocracia e ao projeto de exclusão que querem nos fazer engolir.



Régis Rodrigues Elisio é mestre em História Social pela UFU e professor da Universidade Zumbi dos Palmares.